

TERMO DE ACORDO

(Firmado nos Autos da Ação Civil Pública que tramita na 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza N.º 0144663-17.2011.8.06.001).

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**, mediante o Promotor de Justiça do **Núcleo do Idoso e da Pessoa com Deficiência**, Dr. Eneas Romero de Vasconcelos, o **MUNICÍPIO DE FORTALEZA**, representado por seu procurador, **Dr. Marcelo Araújo de Brito, OAB/CE nº 17.141**, com endereço profissional na Av. Santos Dumont, 5335 - Papicu, Fortaleza/CE, a Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, através do seu Secretário, o senhor Elpídio Nogueira Moreira, brasileiro, **CPF 073.340.363-87**, com endereço profissional na Av. Osório de Paiva, 02 – Parangaba, Fortaleza/CE adiante referidos apenas como compromitente e compromissado, respectivamente, nos autos da **AÇÃO CIVIL PÚBLICA No 0144663-17.2011.8.06.001**, firmam o presente **TERMO DE ACORDO**, mediante os seguintes termos:

CONSIDERANDO que o artigo 230 da Constituição Federal estabelece que *“a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”*.

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.842/94 (Política Nacional do Idoso) corrobora o texto da Carta Magna ao estabelecer em seu artigo 3º que *“a política Nacional do Idoso reger-se-á pelos seguintes princípios: I - a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida”*, bem como, em seu artigo 4º, que *“constituem diretrizes da Política Nacional do Idoso: III – priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência;”*.

CONSIDERANDO que a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), por sua vez, garante aos idosos em seu artigo 37 *O idoso tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada. § 3º As instituições que abrigarem idosos são obrigadas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades deles, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob as penas da lei.*

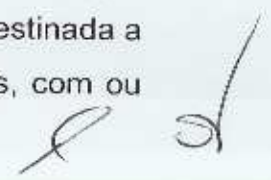
CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público à missão constitucional de proteção e defesa dos interesses difusos e coletivos, bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art.129, incisos II e III c/c art.197, da Constituição Federal e art. 5º, inciso V, alínea "a" da Lei Complementar nº 75/93):

RESOLVEM CELEBRAR o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA (TERMO DE ACORDO)**, com fundamento no artigo 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), alterado pelo art. 113, § 6º, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

I - OBJETO

CLÁUSULA 1ª: Este TERMO DE ACORDO tem como objetivo a instituição a regulamentação do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas e suas Famílias, que será ofertado Institutos de Longa Permanência - ILPI instalados no âmbito das Secretarias Executivas Regionais de Fortaleza, cuja missão será de promover o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas idosas, instituído por meio do Decreto da Presidência da República nº 1.948, de 03/07/1996, que regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, no artigo 4º inciso II.

CLÁUSULA 2ª: Para fins de aplicação do presente termo, entende-se por Institutos de Longa Permanência um espaço de caráter residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou



sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania. Embora o atendimento integral institucional deva ser considerado a última alternativa de atendimento, esta modalidade deve estar disponível para aqueles que necessitem, sendo prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família, conforme definido no art. 37, parágrafo 1º do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03).

II – FINALIDADES DO SERVIÇO

CLÁUSULA 3ª: O serviço tem por finalidade garantir aos idosos em estado de vulnerabilidade serviços de atenção biopsicossocial, e de saúde em regime integral, de acordo com as suas necessidades, priorizando sempre que possível, o vínculo familiar e a integração comunitária.

III – PÚBLICO ALVO

CLÁUSULA 4ª: O Serviço tem por finalidade atender pessoas idosas com grau de dependência I, II ou III, de ambos os sexos, em estado de vulnerabilidade social e/ou com direitos violados, com e/ou sem vínculo familiar, residente no município de Fortaleza, que não disponha de condições de permanecer em sua família e que não disponha de recursos financeiros para custear ILPI mantidas pela iniciativa privada.

IV – ABRANGÊNCIA

CLÁUSULA 5ª: Com escopo de ampliar a cobertura do serviço, haverá um Instituição de Longa Permanência para Idosos em cada uma das Secretarias Executivas Regionais do Município, em local a ser definido posteriormente, ressaltando que até o presente momento, já se tem definido a implantação da Regional I:

- a) Secretaria Executiva Regional I: Rua José Roberto Sales, 830 – Barra do Ceará (Vila do Mar) prevista para funcionar a partir de fevereiro de 2018
- b) Secretaria Executiva Regional II: prevista implantação para 2020
- c) Secretaria Executiva Regional III: prevista implantação para 2022
- d) Secretaria Executiva Regional IV: prevista implantação para 2024
- e) Secretaria Executiva Regional V: prevista implantação para 2026



- f) Secretaria Executiva Regional VI prevista implantação para 2028
- g) Secretaria Regional do Centro: prevista implantação para 2030

PARAGRÁFO PRIMEIRO: as ações serão iniciadas na Secretaria Executiva Regional I, por meio da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome – SETRA - em parceria formalizada através de Termo de Cooperação com a Secretaria Municipal de Saúde, conscientes de suas responsabilidades e competências, com a implantação de uma (1) instituição de longa permanência de idosos municipal, de caráter misto, para atender idosos com grau de dependência III, bem como um (1) Centro Dia, que funcionará no mesmo equipamento, situado na Rua José Roberto Sales, 830 – Barra do Ceará (Vila do Mar), nos termos dos planos de trabalho já apresentados em juízo.

PARAGRÁFO SEGUNDO: a previsão de funcionamento do Centro dia será na data de janeiro de 2018, enquanto a ILPI dará início a suas atividades em fevereiro de 2018 com a admissão inicial de 05 idosos, gradativamente, chegando em 03 meses a capacidade de 15 idosos, e em até 06 meses atingir a capacidade máxima de 30 idosos.

PARAGRÁFO TERCEIRO: Será elaborado pelas equipes técnicas da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome – SETRA - um mapeamento para fins de verificação e cadastramento da população idosa, bem como dos graus de dependência e situações de vulnerabilidade dos locais destinatários das ILPI, nos termos dispostos no art. 15, parágrafo 1º, inciso I do Estatuto do Idoso e, de acordo com a necessidade apresentada em referida peça técnica, poderá haver mudanças de locais e de datas de implantação.

V – CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA 6ª: A capacidade de atendimento será de no mínimo 25 vagas por ILPI, a serem devidamente geridas pela Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome - SETRA, levando em consideração as condições do equipamento disponibilizado para funcionamento do serviço, bem como o estudo da justificativa técnica feita pela

equipe de referência da Coordenadoria Integrada de Assistência Social (COIAS) em conjunto com a Coordenadoria do Idoso e se dará inicialmente da seguinte forma:

- a) Secretaria Executiva Regional I: 30 pessoas com 60 anos ou mais, que se se encontre em situação de risco, a longo prazo, em regime residencial, oferecendo proteção integral, com grau de dependência III;
- b) Secretaria Executiva Regional II
- c) Secretaria Executiva Regional III
- d) Secretaria Executiva Regional IV
- e) Secretaria Executiva Regional V
- f) Secretaria Executiva Regional VI
- g) Secretaria Regional do Centro

VI – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E FORMAS DE ACESSO A ILPI

CLÁUSULA 7ª: O acesso do idoso ao referido equipamentos se dará respeitando os seguintes critérios de elegibilidade:

1. Idosos com 60 anos ou mais.
2. Idosos em situação de vulnerabilidade e risco social
3. Idosos com grau de dependência III
4. Idosos cujas famílias não tenham condições de assegurar segurança de acolhida
5. Idosos com ou sem renda financeira.
6. Idosos que aceitem a vida na Instituição e o convívio com outras pessoas.

CLÁUSULA 8ª: Os usuários serão encaminhados preferencialmente pelos serviços de Assistência Social, serviços de saúde e Ministério Público a saber: Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), unidades primárias de saúde e hospitais, Ministério Público do Ceará através dos promotores que atuam no âmbito da cidade de Fortaleza, mediante relatório técnico das equipes demandantes, e os promotores mediante ofício com cópia do processo administrativo, contendo informações sobre os seguintes aspectos:

1. Identificação pessoal (nome, documentação civil, endereço de moradia atual)
2. Situação dos vínculos familiares



3. Situação sócio econômica
4. Condições de saúde
5. Motivação do acolhimento

PARAGRÁFO PRIMEIRO: Será criada uma Central de Vagas vinculada à Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome – SETRA - composta por profissionais da saúde e da assistência social, que fará a avaliação dos casos, sendo liberado a vaga, mediante critérios de elegibilidade específicos disposto no Estatuto do Idoso e no regimento interno da ILPI, sendo liberada a vaga de acordo com a disponibilidade do equipamento.

PARAGRÁFO SEGUNDO: Deverá ser informado ao Ministério Público relatório mensal das admissões e desligamentos dos idosos nos termos estabelecidos no art. 50, inciso XVI do Estatuto do Idoso.

VII – DIRETRIZES DE FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DO CENTRO DIA

CLÁUSULA 8ª: O Serviço funcionará 5 (cinco) dias por semana, 10 (dez) horas diárias – de segunda a sexta-feira, com início às 8h e término às 17h, inclusive no horário do almoço

VIII – ATIVIDADES PROPOSTAS

CLÁUSULA 10ª: Considerando o grau de dependência da ILPI, muitas atividades serão restritas ao leito, entretanto, não havendo restrições médica os idosos serão encaminhados para as atividades realizadas no Centro Dia que poderá funcionar no mesmo endereço.

IX – DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 10ª: O presente termo será encaminhado, depois de colhidas as assinaturas, à Secretaria do Ministério Público, para a devida homologação em juízo e conseqüente extinção da ação civil pública que tramita na 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza N.º 0144663-17.2011.8.06.001.

E, assim, firmam o presente TERMO DE AJUSTE DE CONDUTAS o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ e, que vai por todos assinado.

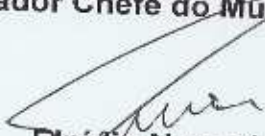


Fortaleza (CE), 28 de dezembro de 2017.


Dr. Eneas Romero de Vasconcelos
Promotor de Justiça

Dra. Magda Kate e Silva Ferreira Lima
Promotora de Justiça

Dr. José Leite Jucá Filho
Procurador Chefe do Município de Fortaleza


Elpidio Nogueira Moreira
Secretário do Trabalho, Desenvolvimento Social e
Combate à Fome – SETRA